

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sueli de Fatima Ourique de Avila – UERJ/FAMATH

INTRODUÇÃO

A intensificação da privatização ganha espaço, no contexto brasileiro, a partir de 1990, com a implementação de políticas de ajuste neoliberal. Esse processo de ampliação do setor privado faz-se presente tanto nas atividades do setor produtivo, como também na esfera social. No setor educacional, mais especificamente na educação superior, os sucessivos governos eleitos (como tem ocorrido também em outros países) vêm executando uma reforma estrutural através de violento processo de privatização, tendo como estratégia as campanhas de desqualificação dos serviços públicos e a valorização dos serviços privados.

O processo de mudanças por que vem passando a educação superior no Brasil tem que ser caracterizado no interior de um movimento muito mais amplo de transformações na economia (no processo de produção) e na reconfiguração do Estado. Essas mudanças ocorrem no movimento de passagem do regime de acumulação taylorista/fordista para o modelo de acumulação “flexível”, com a mundialização do capital, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a precarização e o desemprego etc. Esse processo tem levado a uma diminuição do papel do Estado enquanto provedor e um aumento do seu papel como regulador, ou seja, no modelo de acumulação flexível o Estado passa a atuar mais como um gestor.

Com a redução das funções e serviços sociais do Estado através da ampliação do espaço e poder dos interesses privados, o capital passa a considerar, portanto, os serviços sociais como uma área em expansão onde tem a possibilidade de obter lucros consideráveis. Na realidade, conforme Sguissardi e Silva Junior (2001), o espaço social da educação foi reorganizado segundo a racionalidade do capital, tanto em sua esfera econômica, quanto em sua esfera simbólico-cultural. Em um processo de submissão do educacional à produção, estabeleceram-se valores e símbolos próprios da lógica do capital, no meio de tecnocracia da política e da

cultura. Nesse novo contexto, as IES passaram a obedecer preferencialmente às demandas do mercado, assim como qualquer empresa capitalista.

Ao flexibilizarem-se as possibilidades de oferta dos serviços educacionais, aumenta cada vez mais a heterogeneidade do sistema, produzindo uma intensa desigualdade educacional, visto que “[...] são poucas as instituições de educação superior no Brasil a apresentarem uma sólida infraestrutura para, além do ensino, cumprirem a meta universitária de produção de conhecimento” (MANCEBO, 2007a, p 117).

Segundo Mancebo, Maués e Chaves (2006), apesar da Lei nº 5540, de 1968 (que ainda rege o ensino superior brasileiro), estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a maioria das instituições de educação superior brasileiras não executaram essa prescrição, mantendo uma organização administrativa voltada apenas para o ensino, para a transmissão de conhecimento. “[...] a maioria das IES organizou-se sem estruturas de pesquisa e pós-graduação consolidadas, delegando aos seus docentes uma dedicação quase exclusiva às atividades de ensino [...]” (p.48). Assim, o que se constata é uma “decepcionante” continuidade que conduz o trabalho docente para atividades focadas unicamente no ensino ou, caso haja a possibilidade de pesquisa, fato obrigatório apenas para as universidades, esta vem acontecendo, cada vez mais, como “produção de conhecimento útil”, que seja comercializável (p.47).

É em função destes questionamentos que este artigo pretende fazer uma breve apresentação sobre a privatização do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, fazendo um alerta para as consequências desse processo de mercantilização excessiva.

As Universidades Privadas no Rio de Janeiro

A história do ensino superior privado no Brasil teve início no período Republicano. Segundo Sampaio (2000), foi a Constituição da República, de 1891, que descentralizou o ensino superior, transmitindo poderes também para os governos estaduais e permitindo a criação de instituições privadas. As instituições criadas

nessa época eram essencialmente de iniciativa confessional católica ou de iniciativa de elites locais.

Em 1933, – quando foram elaboradas as primeiras estatísticas educacionais, o setor privado já respondia por 64,4% dos estabelecimentos e por 43,7% das matrículas de ensino superior. Em 1945, a participação das matrículas do setor privado chegava a quase 50,0% do total de matrículas do sistema que, à época, contava com cerca de 40 mil estudantes. Considerando-se o número de estabelecimentos particulares existentes, pode-se inferir que as instituições de ensino superior, naquela época, eram efetivamente de pequeno porte (SAMPAIO, 2000, p. 1).

A criação da primeira PUC, em 1946, no Rio de Janeiro, inaugurou uma série de outras universidades católicas que viriam a ser criadas no País. A autorização da instalação das Faculdades Católicas (Faculdade de Direito, e da Faculdade de Filosofia) ocorreu em 30 de outubro de 1940, pelo Decreto 6.409. De acordo com Cunha (1980), “era um empreendimento particular, independente do Estado, em termos administrativos, mas portador de ideologias que integravam o vasto repertório autoritário” (p. 277). Assim, em 1946, sob o autoritarismo do Estado Novo, nasce a primeira universidade privada no Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Católica, pelo Decreto Governamental nº 8681. Em 1947, por decreto da Santa Sé, passa a ser Pontifícia, adquirindo o nome atual de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro¹.

Em seguida, a fundação da Universidade Católica de Petrópolis resultou da fusão de três faculdades: a Faculdade de Direito (criada em 1954) e das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em 1956. Foi reconhecida em 1961, pelo Decreto Federal nº 383².

Entre 1970 e 1990 surgem três instituições universitárias no setor privado. A Universidade Gama Filho (UGF) começou em 1939, quando o Ministro Luiz Gama Filho criou o Ginásio Piedade³. Foi reconhecida como universidade pelo Decreto Federal nº 70.330/72 (SEGENREICH, CASTANHEIRA, FÁVERO e MANCEBO, 2006).

¹ Dados obtidos em <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/index.html>

² Dados obtidos em <http://Webserver2.ucp.br/html/joomlaBR/index>.

³ Dados obtidos em www.ugf.br/index

A Universidade Santa Úrsula (USU) teve origem em 1938, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no antigo Instituto Santa Úrsula fundado pela associação da companhia de Santa Úrsula. Em 1975 foi instituída universidade pelo Decreto Federal nº 76.793/75 (SEGENREICH, CASTANHEIRA, FÁVERO e MANCEBO, 2006).

A fundação da Faculdade Estácio de Sá foi em 1970, com a implantação do Curso de Direito. Foi convertida em universidade em 1988, pela portaria do MEC nº 592. A Universidade Estácio de Sá (UNESA) é considerada uma das maiores instituições privadas da América Latina, segundo informações em seu site⁴, possuem mais de 270 mil alunos, distribuídos em 20 estados, e se encontra presente em todas as regiões do país, com mais de 70 unidades.

Educação Superior Privada no Rio de Janeiro a partir de 1990

Na década de 1990, mais sete instituições privadas, que já se encontravam em funcionamento enquanto faculdades, escolas e institutos, ganham *status* de universidades, sinalizando a grande expansão do setor privado no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Origem das universidades criadas na década de 1990

Instituição	Origem Institucional	Ano de Reconhecimento
Universidade Veiga de Almeida (UVA)	1972 - Escola de Engenharia	1992
Universidade Nova Iguaçu (Unig)	1970 - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu	1993
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	1976 - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Gonçalo	1993
Universidade do Grande Rio Professor de Souza Herdy (Unigranrio)	1970 - Faculdades Unidas Grande Rio	1994
Universidade Castelo Branco (UCB)	1970 - Faculdade de Educação, Ciências e Letras Marechal Castelo Branco e Faculdade de Educação Física 1976 - Faculdades Integradas Castelo Branco	1994
Universidade Severino Sombra (USS)	1967 - Faculdade de Medicina, Vassouras	1997
Universidade Cândido Mendes (Ucam)	1919 - Faculdade de Ciências Econômicas 1953 - Faculdade de Direito 1969 - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj)	1997

Fonte: Mec/Inep/Daes (*apud* Educação Superior Brasileira 1991-2004, 2006).

⁴ Dados obtidos em <http://portal.estacio.br/quem-somos/historia.aspx>

De acordo com a tabela acima se pode perceber que a maioria das universidades privadas surgiu, no Estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1990. Foram criadas no espaço de cinco anos, entre 1992 e 1997, sete universidades privadas e apenas uma universidade pública.

As universidades no Brasil surgiram somente no século XX, mas até 1968, existiam apenas duas universidades privadas (de caráter confessional) e quatro universidades públicas. O número de universidades privadas cresce e em 1991, já eram cinco universidades públicas e cinco privadas; porém em 2004, a diferença se torna intensa, enquanto houve o surgimento de apenas uma universidade pública, as universidades privadas cresceram de cinco para doze instituições. Esse número se manteve até 2008. No Censo de 2010 o número das universidades públicas cresce para seis e o número das universidades privadas se mantém em doze.

É importante salientar que esse crescimento das universidades privadas a partir de 1968 se fez, primeiramente, com o surgimento de uma rede de estabelecimentos isolados, impulsionados para atender a elevada demanda social e com o objetivo de transmissão de conhecimentos em grande escala. Normalmente, não eram valorizadas pelas elites acadêmicas e sociais do Rio de Janeiro, mas muito valorizadas pelos setores populacionais com recursos financeiros para pagar uma universidade e que não conseguiam ingressar nas universidades públicas.

Segundo dados do INEP, em 1991 eram 111 instituições no Rio de Janeiro; de 1994 até 1998 esse número decaiu para 95, aumentando após o ano de 2000, chegando em 2004 com 118 instituições, em 2008 com 136 instituições e em 2010 com 139. O decréscimo no número de instituições privadas no período de 1991-1996 se deve ao movimento de união das faculdades isoladas em novas formas acadêmicas como universidades e centros universitários, o que pode ser observado na primeira tabela apresentada.

A diferenciação do índice de crescimento das IES, segundo a organização acadêmica, permite avançar mais na análise da diferenciação que ocorreu nos anos 1990, demarcando um crescimento expressivo de universidades e centros universitários e uma diminuição de faculdades integradas e faculdades, escolas e institutos. Os dados do INEP (2004) apresentam que em 1991 existiam 99

instituições isoladas, nenhum centro universitário e 10 universidades; no ano de 2004, o número de instituições isoladas cai para 92, enquanto cresce para 18 o número de universidades e surgem 13 centros universitários. Em 2008, o número de universidades se mantém, cresce para 15 o número de centros universitários, e há um crescimento de Faculdades, passando para o total de 100 (INEP, 2008). O mesmo ocorre em 2010, o número de universidades se mantém, cresce para 17 o número de centros universitários, porém o número de faculdades aumenta apenas uma, passando para 101 (INEP, 2010). A partir da flexibilização da LDB/96 e do Decreto nº 2.306/97, o crescimento de centros universitários é significativo, pois, apesar de possuírem autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas em sua sede, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes, não possuem a obrigatoriedade da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, podendo se constituir enquanto “instituições de ensino”.

Como já analisado, a evolução do número de IES por categoria administrativa (pública e privada) no Brasil apresenta um significativo crescimento do setor privado a partir de 1996. Esse setor tem uma modesta ampliação no período 1991-1996 de 6%. Porém, no período de 1996-2004 toma um expressivo impulso, crescendo 151,6%, enquanto a setor público permanece praticamente estagnado, com o crescimento de apenas 6,2%. Esse crescimento continua até 2008, ou seja, no período de 2004-2008, houve um crescimento de 12% das IES privadas, porém de 2007 para 2008, há um decréscimo de 0,7%. Esse fato pode estar relacionado com as fusões que ocorreram, com a compra das pequenas faculdades pelas grandes instituições privadas. No período de 2008-2010 há um retorno do crescimento, mas pouco significativo de 4%. A mesma redução acontece com as universidades públicas: de 2004 a 2007, há um crescimento de 10%, mas em 2008 ocorre um decréscimo de 6%. Porém no período de 2008-2010 há um crescimento de 15% nas IES públicas, o que pode ser explicado pelo Projeto REUNI que fomentou o crescimento das IES públicas, tanto internamente, com a criação de novos Campus, como a criação de novas instituições, principalmente Faculdades Estaduais e Municipais no interior do país.

No Rio de Janeiro, esse quadro se apresenta de forma diferente, pois não há um crescimento significativo das instituições privadas no período analisado pelo Censo

2004. O que se pode salientar é que esse crescimento já vinha sendo registrado anteriormente, principalmente nos anos de 1960 e 1970. A maioria das instituições privadas que se constituíram enquanto empresas privadas capitalistas surgiram após o ano de 1968, visando à rentabilidade e à obtenção de lucros na área educacional. São essas instituições que na década de 1990 buscaram o *status* de universidade. Observa-se, porém, que de 2004 para 2008, há um crescimento de 13,2% de instituições de ensino superior. Nas IES privadas, o crescimento é de 7,1%, porém nas IES públicas esse crescimento é bem significativo: 43,5%. Mas esse crescimento não ocorre com o surgimento de universidades, mas de faculdades, o que demonstra o pouco investimento do setor público com instituições que possam garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Na verdade é a lógica das instituições privadas de constituir apenas grandes centros de ensino. O período de 2008-2010 não apresenta crescimento significativo em nenhuma das organizações acadêmicas, sendo apenas 2,6 para as instituições privadas e nenhum crescimento para as IES públicas no Estado do Rio de Janeiro (INEP 2008/2010).

Um segundo aspecto relevante para analisar o crescimento da educação superior nas IES privadas é o número de matrículas. Análise aponta para um crescimento mais intenso das matrículas no setor privado: em 1991, 73% estão nessa rede; o ritmo de crescimento sofre pequena queda até 1996, com o setor detendo 65,8% das matrículas do ensino superior fluminense; mas volta a se recuperar, representando em 2004, 81,2% das matrículas, o que significa um aumento de 134,76%. Observa-se, no entanto, na tabela 2 apresentada abaixo, que as instituições privadas obtiveram seu boom de crescimento entre 1996 e 2004, de 146,9%, enquanto as IES públicas, nesse mesmo período cresceram apenas 10%.

TABELA 2 - Distribuição percentual e taxa de crescimento de matrículas dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa (pública e privada) - no Estado do Rio de Janeiro 1991 - 2004

Ano	Pública		Privada	
	Total	%	Total	%
1991	56.733	27,0	153.625	73,0
1996	76.043	34,2	146.092	65,8
2004	83.664	18,8	360.657	81,2
2008	91.332	18,3	408.934	81,7
2010	125.374	24,0	395.981	76,0
1991/1996 Δ %	34,0	-	-4,9	-
1996/2004 Δ %	10,0	-	146,9	-
1991/2004 Δ %	47,47	-	134,76	-
2004/2010 Δ %	49,85	-	9,8	-
2008/2010 Δ %	37,27	-	-3,17	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Importante notar que esse quadro de crescimento se modifica no período de 2008/2010. Enquanto as IES privadas tem um decréscimo de -3,17% nas matrículas, as IES públicas tem um crescimento de 37,27%. Esse crescimento nos leva, novamente, a fazer uma articulação com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A proposta do governo Lula da Silva, visava à expansão mais “eficiente” e “eficaz” do setor público. É o que se pode comprovar com o intenso aumento do número de matrículas de 2008 para 2010. O que se deve ressaltar, é que, no Rio de Janeiro, esse crescimento se deu sem um aumento do número de IES públicas, conforme já sinalizado anteriormente. Ou seja, o crescimento se dá no aumento do número de alunos por IES, e provavelmente, por turma e por professor, conforme a proposta do plano REUNI:

O programa tem como principais finalidades [...]o aumento da relação de estudantes por professor, que deverá alcançar o índice de 18 alunos por professor. Propõe, portanto, [...] o aumento do número de vagas, principalmente no período noturno, e ocupação das vagas ociosas, elevando o número de alunos em salas de aula das universidades federais (AVILA, 2010, p. 143-144).

Porém, mesmo com todo o crescimento das IES públicas, as IES privadas ainda são responsáveis por $\frac{3}{4}$ das matrículas no Estado do Rio de Janeiro.

O decréscimo de matrículas nas IES privadas aponta para um grande problema vivido por essas instituições: o número cada vez mais frequente de vagas não preenchidas. De acordo com a tabela 3, pode-se observar que o número de vagas oferecidas nos cursos de graduação presenciais nas IES privadas no Rio de Janeiro foi excessivamente maior do que o número de ingressos. Enquanto no setor público o percentual de vagas ociosas é de apenas 3,2%, o setor privado atinge em 2004 o

percentual de 52,0% de vagas ociosas. Em 2010 esse número decresce nas instituições públicas, passando para um valor negativo (-0,8%), enquanto nas instituições privadas ele chega ao assustador número de 59%.

TABELA 3 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Relação Candidatos Inscritos/Vagas Oferecidas e Ingressos dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa (pública e privada) - no Estado do Rio de Janeiro 1991 - 2010

Ano	Vagas Oferecidas nos Cursos de Graduação Presenciais				Candidatos inscritos				Relação Candidato/vaga		Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais % das vagas preenchidas			
	Pública		Privada		Pública		Privada		Pública	Privada	Pública		Privada	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%			Total	%	Total	%
1991	13.023	18,5	57.550	81,5	87.917	44,4	110.081	55,6	6,8	1,9	11.647	89,4	40.839	71,0
1997	17.580	17,4	83.487	82,6	175.114	52,8	156.683	47,2	10,0	1,9	16.503	94,0	49.655	59,5
2004	21.696	8,3	241.057	91,7	186303	42,2	255.237	57,8	8,6	1,0	21.002	96,8	115.737	48,0
2008	24.721	8,4	268.849	91,6	228.281	43,7	294.480	56,3	9,2	1,0	23.764	96,1	103.527	41,4
2010	33.976	12,0	250.183	88,0	371.836	59,0	257836	41,0	10,9	1,0	34.252	100,8	102.301	41,0

Fonte: MEC/INEP

Segundo dados do INEP, a relação candidato/vaga vem diminuindo ano a ano para a rede privada. Enquanto em 1991 eram 1,9 candidatos para uma vaga, em 2004 esse número cai pela metade, sendo apenas 1,0 candidato para uma vaga, e esse número se mantém em 2008 e 2010. É interessante notar que esse percentual candidato/vaga nas IES públicas aumenta consideravelmente, em 1991 era de 6,9%, em 1997 aumenta para de 10,0%. Em 2004 tem uma ligeira queda para 8,6 e volta a subir, chegando a 10,9 em 2010. Esse panorama contribui para uma acirrada competição no mercado de ensino privado, pois nenhuma instituição, nos dias de hoje, pode se sentir segura quanto à sua fatia do mercado.

Outro fator importante na procura do lucro é a implantação de ações voltadas para a redução dos custos. Dados do INEP (2010) revelam que a maioria das instituições “mercantis” contrata professores pelo regime de hora/aula e com a mínima titulação possível. Verifica-se que o número de professores em tempo integral no setor público, em 2010 (entorno de 76% em 2004 e 80% em 2010) é superior ao do setor privado (11,5% em 2004 e 25,8% em 2010). Nas instituições privadas o índice de professores horistas é mais de 63% em 2004 e continua alto em 2010, com 50,0%, enquanto nas instituições públicas esse número era de apenas 3,6% em 2004, aumentando para 7,9% em 2008 e reduzindo para 6,7% em 2010. Deduz-se, portanto, que a função desse professor é apenas vinculada ao ensino, sem poder se dedicar a atividades de extensão ou de pesquisas. O aumento de professores horistas nas instituições públicas pode estar relacionado ao crescimento de faculdades públicas, conforme já sinalizado anteriormente. O decréscimo dos

professores horistas nas instituições privadas pode estar relacionado com os cálculos do ENADE, que no conceito preliminar dos cursos atribui o valor de 7,5 ao regime integral dos professores das IES.

Segundo dados do INEP de 2010, dos 34.273 professores do estado do Rio de Janeiro, 20.203 trabalham no setor privado (59% do total). Destes, 9.136 possuem mestrado (45,2%) e apenas 4.091 possuem doutorado (20,2%). Interessante notar o grande percentual de professores apenas com especialização (29%) e apenas com graduação (5,5%). No setor público, que possui 14.070 professores (41%), destes 3.361 possuem mestrado (23,9%) e 8.509 possuem doutorado (60,5%). Assim, 84,4% dos professores das IES públicas são mestres ou doutores, enquanto nas IES privadas esse percentual é de 65,4%. O que surpreende nos dados é o alto índice de docentes de ensino superior com apenas graduação, 7,9% no total. Nas IES públicas esse percentual é de 11,3% do total de professores dessa IES, 5,5% nas IES privadas; e a concentração maior desses docentes apenas graduados se encontra nas universidades, um contrassenso quando se pensa em qualidade. Outro dado que chama a atenção é que o número de doutores nas faculdades privadas é superior ao número de doutores nos centros universitários.

Convém salientar também que a crise no setor privado tem levado a uma intensa atuação de grandes conglomerados educacionais, muitas vezes transformados em sociedades anônimas e com presença de capital estrangeiro. A fusão ou compra de algumas faculdades, ou até centros universitários e universidades pelas grandes instituições privadas ou mesmo uma reordenação do setor demarca um novo momento do processo de privatização da educação superior brasileira, com a intensificação da atuação do setor mercantil e do capital estrangeiro.

Expõe-se à luz, por este movimento de financeirização do segmento privado-mercantil da educação superior, algumas facetas da natureza do movimento de mundialização financeirizada que passam a conformar, de modo cada vez mais profundo, o espaço educacional *tout court* e da educação superior [...]. (AVILA, LÉDA, VALE, 2012, p. 171).

Para auxiliar a crise vivida pelo setor privado/mercantil de ensino superior e ampliar a oferta e preencher as vagas ociosas nas IES privadas, tem sido implementadas algumas políticas educacionais ensejadas no governo Lula da Silva e no governo Dilma, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo

de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), assim como a abertura do setor educacional para a participação das empresas e grupos estrangeiros e a utilização do ensino à distância (EaD) como via para a “democratização” do acesso à educação.

A Educação a Distância

O Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, que aprova as bases legais da educação a distância como modalidade educacional foi uma medida legal que contribuiu para o crescimento das IES privadas. Este decreto apenas regulamenta o artigo nº 80 da Lei nº 9.394/96 (LDB) que já tornava possível essa modalidade de ensino para os níveis básico, profissional e superior.

Segundo Avila (2010), a importância dada à educação a distância está relacionada com a possibilidade de ampliação da oferta de educação superior, principalmente para os segmentos menos favorecidos e para a formação e treinamento de professores, sem a necessidade de se abrir novos cursos de graduação ou novas instituições públicas.

Um recorte histórico constata que os primeiros dados sobre o ensino a distância no Brasil só começam a integrar as sinopses estatísticas do Censo do ensino superior em 2000, apresentando o diminuto número de 1.682 matrículas, apenas na rede pública, representando 0,06% do total de matrículas do mesmo ano. Em apenas 10 anos, o número de matrículas em EaD cresce a um total de 930.179, saltando para o percentual de 14,58% do total de matrículas no ensino superior, agora tanto na rede pública, como na rede privada. Esse aumento de 55.201,96% sinaliza o ofensivo investimento que as instituições de ensino superior, tanto públicas como privadas, na ampliação de cursos à distância (MANCIBO E MARTINS, 2012).

A Região Sudeste concentrava, em 2004, 24,3% dos cursos oferecidos, enquanto o Estado do Rio de Janeiro respondia por seis desses cursos. No Rio de Janeiro observa-se a presença do projeto de formação a distância, exclusivamente oferecido por universidades públicas: o Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), neste estado. O Cederj foi criado em 2000, com o objetivo de:

Oferecer educação superior a distância (EAD), gratuita e de qualidade; promover a divulgação científica; proporcionar a formação continuada de professores do ensino fundamental, médio e superior; e promover a expansão e interiorização do ensino gratuito e de qualidade no Estado (CEDERJ, 2012)⁵.

Os cursos de graduação a distância são oferecidos por intermédio do Consórcio CEDERJ, parceria formada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e sete instituições públicas de ensino superior: UERJ; UENF; UFF; UNIRIO; UFRJ; UFRRJ, CEFET; e conta atualmente com cerca de 26 mil alunos matriculados em seus 12 cursos de graduação a distância (CEDERJ, 2012).

Conforme apresentado, a graduação a distância teve seu início nas instituições públicas, que no Rio de Janeiro foi consolidada pelo consórcio CEDERJ. As Instituições privadas preferiram começar introduzindo as disciplinas não presenciais nos cursos presenciais de graduação, amparadas pelas Portarias nº 2.253/2001 e 4.059/2004 que possibilitam a oferta de 20% da carga horária total do curso através da modalidade “semipresencial”.

Cabe registrar que esta modalidade semipresencial não consta nas estatísticas oficiais e podem ser introduzidas sem nenhuma avaliação prévia do MEC. Os poucos dados existentes permitem perceber a intenção de racionalizar a oferta de disciplinas regulares presenciais dos cursos de graduação incorporando os ambientes virtuais de aprendizagem para diminuir custos.

As estatísticas referentes aos dados do ensino a distância no Rio de Janeiro só são discriminados quanto a ingressos, matrículas e concluintes, a partir do Censo de 2008. Nestes dados, conforme tabela 4 apresentada abaixo, o número de ingressos e de matrículas é muito superior nas instituições privadas, mesmo com o consórcio referido acima.

⁵ <http://www.cederj.edu.br/cederj>. Acesso em: 24 de nov. 2011.

TABELA 4 - Número de Ingressos, matrículas e concluintes dos cursos de graduação a distância por categoria administrativa (pública e privada) - no Estado do Rio de Janeiro 2008 - 2010

Ano	Ingressos nos Cursos de Graduação a Distância					Matrículas nos Cursos de Graduação a Distância					Concluintes nos Cursos de Graduação a Distância				
	Total	Pública		Privada		Total	Pública		Privada		Total	Pública		Privada	
		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%		Total	%	Total	%
2008	32.040	6.255	19,52	25.785	80,48	38.479	15.274	39,0	23.205	61,0	2.057	563	27,37	1.494	72,63
2010	24.885	5.565	22,36	19.320	77,64	53.908	20.224	37,52	33.684	62,48	3.966	700	17,65	3.266	82,35

Fonte: MEC/INEP

A relação entre o número de matrículas no setor público e privado também não poderia ser diferente nesta modalidade de ensino. Apesar da expansão do ensino superior a distância se iniciar nas instituições públicas, ocorre uma inversão, e o setor privado passa a apresentar um número maior de matrículas do que o setor público. Como se pode perceber na tabela acima, o setor privado possui em 2010, 62,48% das matrículas e 77,64% de ingressos referentes à EaD.

Sendo assim, essa modalidade de formação viabiliza a ampliação do setor privado e a predominância das matrículas no setor privado já é uma realidade. O crescimento da oferta de vagas, mesmo que estas não estejam sendo preenchidas, demonstra um investimento e uma “aposta” do setor privado para essa modalidade de ensino para os próximos anos. O que chama atenção na planilha acima é a redução 28,75% do número de ingressos de 2008 para 2010. Este fato pode estar relacionado com a dificuldade que os alunos de graduação encontram para chegar ao final do curso, pois para concluir um curso inteiro a distância, é necessária muita disciplina e determinação.

O que ocorre, na verdade, é uma “expansão para menos”, visto que essa modalidade não promove a associação entre o ensino, pesquisa e extensão, assim como não se preocupa com a qualidade dos cursos e da aprendizagem dos alunos; aumenta-se o número de alunos no ensino superior, porém com uma educação minimalista, que não garante uma formação acadêmica plena, trazendo o aligeiramento da formação profissional e a diplomação em larga escala.

Algumas Considerações Finais: a Mercadorização da Educação

A passagem das responsabilidades do ensino superior público para as instituições privadas está relacionada às várias iniciativas empresariais com o objetivo de substituir as responsabilidades do Estado para com a educação, levando a uma comercialização do ensino e do conhecimento, substituindo o compromisso social e dos valores da academia universitária pelo lucro e pelo empreendedorismo.

Segundo Rodrigues (2007), as transformações no mundo do trabalho, em virtude das mudanças tecnológicas e organizacionais, trouxeram a demanda, por parte do capital, da intelectualização do trabalho e em consequência uma elevação quantitativa e qualitativa da educação escolar dos trabalhadores. Nessa perspectiva, as propostas pedagógicas são ajustadas ao modelo de competência, onde a prioridade é preparar o trabalhador para adaptar-se às novas exigências tecnológicas e cognitivas, a precarização das condições de trabalho e a perda de direitos trabalhistas conquistados historicamente. O capital visa à subsunção da educação superior às necessidades do processo produtivo “vendendo” o conhecimento necessário para que o trabalhador possa competir no mercado de trabalho. Essa competição é perversa, visto que, a intensificação de profissionais graduados através da expansão do ensino superior favorece ao capital industrial criar um exército de reserva que leva à desvalorização salarial das categorias profissionais.

[...] a “universalização” do ensino promovida pela reforma e contando com o setor privado em expansão extraordinária, tende a produzir um exército de desempregados diplomados, que irão competir de forma intensiva (e com a qualidade do ensino das universidades estatais em queda, em condições semelhantes aos estudantes oriundos do ensino privado), bem como os salários deverão ter uma queda cada vez maior, devido à oferta de força de trabalho (VIANA, 2004, p.2).

É preciso, portanto ressaltar que é particular do desenvolvimento capitalista a desigualdade e a heterogeneidade, ou seja, a exclusão é uma característica interna desse processo de ação do capital. Limoeiro-Cardoso (2001) sinaliza que os efeitos do desemprego não são dissociados dos lucros do capital, muito pelo contrário, são eles que possibilitam sua estruturação, a exclusão é estrutural desse sistema que não apenas marginaliza, mas exclui socialmente. “[...] A disponibilidade de determinado ‘excesso’ de mão-de-obra como ‘reserva’ faz parte da integração

mesma do sistema produtivo em moldes capitalistas” (p.110). Esse crescimento de mão-de-obra de reserva traz consequências difíceis também para quem trabalha, como o rebaixamento dos salários e a precarização das relações de trabalho, eliminando-se garantias e direitos trabalhistas.

Obviamente que num contexto de alto desemprego, desenvolvem-se maiores exigências educacionais para o acesso aos postos de trabalho, de modo que os que têm menos formação apresentam menores chances nos processos seletivos. Todavia, o desemprego em massa dos jovens não pode ser apontado como uma decorrência nefasta da não universalização do ensino universitário, justificando, assim, a urgência de reformas que ampliem, mesmo que ao custo da qualidade, o acesso a esse nível de ensino. Argumentar por esse viés significa desprezar a política macroeconômica ditada pela ressurgência (neo)liberal, que pelo menos nas duas últimas décadas, tem adotado instrumentos deliberados de política fiscal e monetária que asseguram primeiramente a estabilidade financeira e de câmbio para os especuladores globais. Enfim, é no mínimo ingênua, a crença de que é possível corrigir as “distorções” do mercado a partir da ampliação da qualificação dos trabalhadores. Pior ainda, é vender a ilusão de que o conserto das “distorções” possa ocorrer com o oferecimento de uma educação de baixa qualidade acadêmico-crítica (MANCEBO, 2007b, p.31).

Oferecer uma educação “mínima” para a grande maioria, que apenas ocupará cargos de baixa qualificação, significa negar o próprio direito à educação, que pressupõe qualidade, a aquisição da crítica inclusive para que se possa questionar o monopólio do conhecimento exercido pela minoria que detém o poder político e econômico. Desta forma, esse processo mercantil da educação conduz à alienação, à internalização passiva do sistema que explora o trabalho como mercadoria. Formam-se indivíduos para o mercado, para a submissão, sem compreensão da subordinação que existe da educação e do trabalho à dinâmica do capital; estão se formando pessoas que apenas acumulam conhecimento e depois o reproduzem.

Pela resistência demonstrada pelos empresários educacionais ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, pela sua constante recorrência ao subsídio público como condição de desenvolvimento deste tipo de atividade e também pela frequente demonstração dos neoliberais de inviabilizarem o aparato público de produção do conhecimento no país, num futuro próximo completaremos o processo de embrutecimento do ato de pensar autonomamente das próximas gerações, que dificilmente conseguirão encontrar saídas originais para suplantar as nossas profundas desigualdades sociais, que dia a dia se agigantam (NEVES, 2002, p. 220).

Exatamente por esses motivos que conhecimento, ciência e educação não podem ser reduzidos a uma mera mercadoria, devem ser fundamentalmente um bem público, coletivo. Todos deveriam ter direito de acesso ao saber e à qualificação. A

formação deve ser um processo social pleno e dinâmico, construindo e promovendo a autonomia pessoal, a conscientização política, a emancipação e a solidariedade social. Não se formam sujeitos pensantes, críticos, se estes não tiverem a compreensão do contexto social da educação, do trabalho e do mundo em que vivem.

Imbuídas da perspectiva de “empreendedorismo” e “produtividade” das iniciativas privadas as IFES são estruturadas por princípios de eficácia organizacional, tornando-se distantes da formação intelectual e do conhecimento. Para se pensar a possibilidade de um país em que se possa superar esse modelo neoliberal se faz necessário o reconhecimento da esfera pública como central e estratégica para a reforma do Estado. Esse processo só será possível se a educação não evitar abordar temas como discriminação, exploração e alienação e trazer à tona a discussão sobre a polaridade público/mercantil e a luta contra a mercantilização.

REFERÊNCIAS:

AVILA, S. F. O. **Mercantilização do ensino superior**: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior. 2010. 250 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AVILA, S. F. O; LÉDA, D. B; VALE, A. A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. In: MANCEBO, D; SILVA JR, J. R. (ORG.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BRASIL. INEP. Ministério da Educação. **Censo de Educação Superior**: sinopse educação superior versão preliminar de 2008. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>. Acesso em: 14 de setembro. 2012.

_____. INEP. Ministério da Educação. **Censo de Educação Superior**: sinopse educação superior versão preliminar de 2008. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>. Acesso em: 10 fev. 2010.

_____. INEP. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2004**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 01 dez. 2006.

_____. INEP. **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. Presidência da República. **Projeto de Lei 7.200, de 12 de junho de 2006**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=327390>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 20 jan. 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era vargas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior no Brasil: análises sobre a transnacionalização e privatização. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), v.7, p.103-123, 2007a.

_____. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso In: **Educação superior no Brasil** – 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP, 2007b, p. 20-35.

MANCEBO, D; MAUÉS, O. Cabral; CHAVES, V. L. J. Crise e Reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. In **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Editora UFPR.

MANCEBO, D.; MARTINS, T. B. Expansão do ensino a distância. In: MANCEBO, D; SILVA JR, J. R. (ORG.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

NEVES, L. M. W. Rumos históricos da organização privatista. In NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p. 176-220.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAMPAIO, H. Trajetoria e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. **CIPEDES**, v.3, n. 9, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.html>. Acesso em: 09 jan. 2008.

SEGERREICH, S. C. D; CASTANHEIRA, M; FÁVERO, M. L. A. e MANCEBO, D. **Educação superior no Rio de Janeiro: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.

SGUISSARDI, V. e SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2º ed rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, S.P.: USF-IFAN, 2001.

VIANA, N. Reforma Universitária: quem ganha, quem perde? **Revista Espaço acadêmico** n. 43, dez. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/043/43cviana.htm> >. Acesso em: 14 jan. 2008.